

VIANA DE LIMA EM MISSÃO DA UNESCO NO BRASIL

Cecilia Ribeiro

Resumo

Neste artigo, discute-se a missão e as propostas do arquiteto português Alfredo Viana de Lima para o Brasil como consultor da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no contexto da assistência técnica promovida pela citada organização internacional. No Brasil, essas missões encontraram um ambiente privilegiado e receptivo, com intensa movimentação de consultores entre os anos 1964 e 1972. As missões ocorridas difundiam a ideia de turismo cultural e faziam parte dos entendimentos do Programa de Assistência Técnica para países em desenvolvimento, surgido em 1950. Foi destacada também a vinda do francês Michel Parent, que definiu diretrizes para a criação de um programa sobre o tema pelo governo brasileiro, elencou cidades de arte para o recebimento de investimentos e guiou as missões seguintes, dentre elas, a de Viana de Lima a Ouro Preto.

Palavras-chave:

Viana de Lima, Ouro Preto, Unesco, Dphan.

Abstract

In this article, we discuss the mission and the proposals of the Portuguese architect Alfredo Viana Lima to Brazil as a consultant for the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), in the context of technical assistance promoted by the aforementioned international organization . In Brazil, these missions have found a privileged and responsive environment, with intense movement of consultants between the years 1964 and 1972. These Missions diffused the idea of cultural tourism and were part of the Technical Assistance Program ideas for developing countries, emerged in 1950. It was also highlighted by the coming of the French Michel Parent, which set guidelines for the creation of a program on cultural tourism , listed the cities of art for receiving investments and led missions followed, among them, Viana de Lima's mission to Ouro Preto.

Key-words:

Viana de Lima, Ouro Preto, Unesco, Dphan.

1. As missões da Unesco no Brasil

O Brasil solicitou e recebeu missões de assistência técnica para o turismo cultural em 1964, de Paul Coremans, que abordou o tema de modo preliminar. Em 1966 e 1967, veio Michel Parent em missão para informar o potencial brasileiro e propor diretrizes para a criação de um programa sobre o tema. Posteriormente, urbanistas vieram para elaborar propostas referentes aos projetos prioritários de turismo cultural no Brasil: Frédéric Limburg Stirum, em 1967 (projeto Parati); Graeme Shankland, em 1968 e 1969 (projeto Salvador), e Alfredo Viana de Lima, que veio em 1968, 1970 (projeto Ouro Preto). Também veio Jean-Bernard Perrin, em 1972, e tratou de questões administrativas relacionadas com a conservação e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Dphan),¹ além de fazer uma breve referência aos trabalhos que seus colegas consultores elaboraram. Em 1978, este último voltou ao Brasil para ministrar um curso sobre legislação francesa.

O debate empreendido pelos consultores da Unesco passou a ser uma contribuição importante para o campo da conservação no Brasil, tendo em vista as diretrizes e os investimentos previstos para a identificação e a valorização de potenciais culturais e propostas de infraestrutura. Desse modo, a tentativa de conciliação do planejamento com o turismo e a conservação de bens culturais era uma novidade no país. A interação dos representantes da Unesco, incluindo os consultores, com os interlocutores nacionais, os representantes da então Dphan, foi maior do que se supôs inicialmente na pesquisa, já que o estudo das correspondências entre eles revelou articulações, negociações e intensas trocas possibilitadas pela cooperação técnica.

A cooperação técnica internacional não era novidade no Brasil na década de 1960. Ela se difundiu bastante no século XX, quando ocorreram, por exemplo, as missões de professores franceses na Universidade de São Paulo, na década de 1930, e a Comissão Mista Brasil Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, criada em 1951 e encerrada em 1953, durante o segundo governo de Getúlio Vargas.

A Dphan já mantinha uma relação com técnicos e intelectuais estrangeiros, como Germain Bazin, Robert Smith e Mário Chicó, com boa recepção a eles e a suas

¹ Em 1937, foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) que, em 1946, teve a sua denominação modificada para Diretoria (Dphan). Em 1970, houve outra mudança, e a então diretoria passou a ser considerada instituto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Essa denominação ainda mudou mais três vezes e, desde 1994, a instituição voltou a ser chamada Iphan. Tendo em vista essas mudanças, adotou-se como critério chamar a instituição pelo nome usado no momento de que se trata.

ideias e estudos, numa colaboração recíproca no campo da história da arte. Embora essas experiências não estivessem ligadas entre si pelo cumprimento de uma atribuição específica, professada por uma instituição ou organização, elas constituíram um movimento de estudo e entendimento da arte brasileira.

Na constituição de um acordo de cooperação técnica entre o Brasil e a Unesco, atuaram, principalmente, o diretor da Dphan, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lourival Gomes Machado,² diretor de assuntos culturais da Unesco de 1964 a 1966, brasileiro, de quem Rodrigo era muito amigo. Mesmo que eles tenham sido substituídos em 1967 e 1966, respectivamente, de suas funções, a proximidade e o interesse de ambos em viabilizar as duas primeiras missões, de Paul Coremans e Michel Parent, foram fundamentais para que elas se realizassem e se tornassem o ponto de partida para a concretização da cooperação técnica. No entanto, só na vinda do segundo consultor, Michel Parent, que foi definida como missão de informação³ de quais seriam os potenciais turísticos do Brasil, que foram propostas diretrizes para a criação de um programa brasileiro que contemplasse o turismo cultural, nos moldes

² Lourival Gomes Machado (1917-1967) era crítico de arte e cientista político, formado em ciências sociais e direito pela USP, na qual foi professor assistente do francês Paul Bastide na cadeira de sociologia e política, entre 1939 e 1942. Em 1954, ministrou aulas de história da arte na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, onde foi diretor entre 1961 e 1962, ano em que se mudou para Paris a fim de assumir o cargo de Diretor de Assuntos Culturais da Unesco, o qual exerceu por dois mandatos de dois anos, de 1962 a 1966, por indicação do Governo brasileiro. Ao final do seu mandato, não voltou ao Brasil, onde deveria assumir o cargo de Professor Catedrático de Política na USP, o que seria muito difícil para um ex-membro do partido comunista, dado o momento político. Assim, assumiu o cargo de Delegado da Unesco na campanha de preservação dos monumentos e obras de arte de Veneza e Florença, mas faleceu em 1967, aos 49 anos, na estação de Milão, indo para Florença. Publicou livros como *Retrato da arte moderna no Brasil* (1947); *Teoria do Barroco* (1953); *Reconquista de Congonhas* (1960) e, postumamente, foi publicada uma coletânea de textos: *Barroco Mineiro* (1969) (MACHADO, 2010).

³ A primeira missão de Parent como consultor da Unesco foi no Brasil, em 1966 e em 1967. Depois prestou assistência em 1967, na Tunísia; em 1968, na Núbia; em 1970, no Senegal; em 1983, no Brasil e no Haiti, e em 1988, na Romênia. Ele foi o chefe da delegação francesa no Comitê da Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco, em 1972, e, em 1978, foi responsável pela elaboração de um relatório para discutir critérios de inserção de monumentos na Lista do Patrimônio Mundial. Entre 1981 e 1987, foi presidente do ICOMOS. Tinha uma formação heterogênea, com bacharelado em filosofia e matemática e licenciatura em direito, matemática e física e chegou a cursar por três anos engenharia na *École Polytechnique*. Parent iniciou sua carreira no *Service des monuments historiques* francês com um contrato para participar da elaboração de um inventário de sítios históricos (1941-1942), e foi efetivado na instituição em 1946. Em 1950, assumiu, em Dijon, um dos cinco cargos de *Conservateur régional des Monuments Historiques* (CRMH) onde atuou como correspondente regional permanente do Ministro da Cultura André Malraux e criou o *Festival Nuits de Bourgogne*. Esse festival estava ligado ao surgimento de grandes eventos teatrais, iniciados após a criação do *Festival d'Avignon*, em 1947, por Jean Villar, de quem Parent era considerado um dos *enfants*. Em 1969, Parent foi promovido ao posto de *Inspecteur Général chargé de la Conservation et de la Documentation* (Inspetor Geral dos monumentos históricos) e diretor do *Centre de Recherche dans les Monuments historiques*, onde ficou até se aposentar em 1984. Em 1990, seu trabalho foi reconhecido com o *Grand Prix National du Patrimoine*.

do que era difundido pela Unesco, que previa a conservação de bens culturais e o planejamento urbano visando ao movimento turístico como forma de promover o desenvolvimento.

O relatório da missão de Parent *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique* (1968) foi elaborado após duas missões ao Brasil, sendo a primeira de novembro de 1966 a janeiro de 1967, quando ficou 69 dias no Brasil e foi ao Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, e a segunda, de abril a junho de 1967, que durou 44 dias. Esta última foi antecedida por uma viagem particular de Parent ao México e ao Peru, em que buscou elementos que serviram de referência para a análise da situação brasileira. A missão começou pelo Rio de Janeiro, de onde partiu para Bahia, São Paulo (visitados também na missão anterior), além do Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul, onde teve de encerrar seu trabalho por ter sido acometido de uma hepatite, sem voltar a Minas Gerais como estava programado.⁴

Até então, Parent era desconhecido dos técnicos da Dphan. A escolha de seu nome para vir ao Brasil, em 1996, foi justificada por sua experiência e atuação como funcionário público francês, que naquele momento era *charge de mission d'inspection générale des sites et membre du Comité inter-ministériel des Parcs Naturels Régionaux*. Em meio às discussões referentes à criação dos primeiros parques regionais franceses, ele representava o Ministério da Cultura. No entanto, a já iniciada carreira internacional limitou sua participação na empreitada (JUBILÉ, 1996, p.157).

Parent privilegiou, em sua proposta, o que chamou de cidades de arte. Essa escolha também demandou um modo de operacionalização das sugestões apresentadas por ele, o que permitiria a preparação dessas cidades de arte para serem cultuadas, para informar, divertir e atrair turistas. O cenário da vida cotidiana, das festas e do turismo era a cidade de arte e os espaços conformados pelos monumentos e conjuntos notáveis, a serem tratados como um ativo econômico. No entanto, essas cidades que eram objeto de um maior interesse de Parent eram as que representavam um momento de pujança do passado e de pobreza e estagnação econômica no presente. Assim, a capacidade de comunicar um estado de inteireza e de homogeneidade ao conjunto edificado caracterizava as escolhas de Parent, embora não possam ser ignoradas as questões técnicas e políticas dessas escolhas.

⁴ A passagem de Parent por Brasília, Goiás e Paraná, citadas em seu relatório, não pôde ser confirmada por não haver referência a ela nas correspondências e documentos constantes no Arquivo Central do Iphan.

As cidades de arte: Salvador, seguida por São Luís, Ouro Preto, Parati, Olinda e Alcântara, foram as que receberam a maior atenção de Parent em suas propostas, além de terem recebido outras missões para projetos específicos.

As propostas de intervenção de Parent remetiam a uma dinâmica para a movimentação e a animação cultural, bem como à permanência, por seu elogio à pureza de estilo dos bens culturais. A relação de equilíbrio entre esses dois polos foi também abordada pelos consultores seguintes, em propostas específicas para as cidades consideradas projetos prioritários: Salvador, Ouro Preto e Parati. Assim, confirmou-se um elemento importante da abordagem do turismo cultural. O privilégio dado a modelos significativos, merecedores de distinção e representativos de determinado período, o qual excluía elementos intrusos, estava atrelado a uma prática em voga na França (BOIRET, 1996, p. 32).⁵

Parent reforçou a ideia de promoção do desenvolvimento econômico e social difundida pela Unesco por meio do Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas. O planejamento seria o meio mais eficaz para sua viabilização, inclusive financeira, e o foco dos investimentos previstos privilegiaria a infraestrutura.

Nesse processo, foram destacados o uso e a integração das ferramentas do planejamento e da conservação, visando contemplar a valorização dos bens culturais para o turismo cultural, bem como os aportes institucionais e de financiamento internacional. Os bens culturais seriam valorizados pela proteção, conservação, restauração e mudança de uso. As propostas gerais para todas as cinco cidades eram: tombamento, restauração de monumentos, elaboração de um plano diretor, implementação de infraestrutura, área verde e urbanização de áreas específicas; por fim, a captação de empréstimos, a promoção da reestruturação hoteleira e a realização de publicidade.

Parent considerou, em suas diretrizes, os aspectos técnicos e os políticos, bem como os físicos, sociais, administrativos e econômicos. Mesmo que eles tenham sido pouco aprofundados ou detalhados, seu relatório assumiu o caráter de guia, de

⁵ A legislação francesa de proteção de bens culturais também fazia referência à homogeneidade. Seu marco ocorreu em 1913, com a lei que criou o *classement*, equivalente ao tombamento, que "institui, pioneiramente, a capacidade legal de intervenção do Estado na propriedade privada". Essa lei foi atualizada em 1930 e em 1946, com a finalidade de contemplar o entorno dos monumentos com proteção intermediária, ou proteção de seu campo de visibilidade num raio de 500 metros dos mesmos, a qual depois foi estendida à proteção de conjuntos específicos, como sítios e paisagens. Mas só em 1962, com a lei Malraux, o monumento deixou de ser um pretexto para a proteção do tecido urbano. Nela eram privilegiadas a qualidade e a homogeneidade da área, o que posteriormente foi criticado pela "museificação dos bairros onde ela foi aplicada." Com essa lei, criou-se o Plano Permanente de Preservação e Valorização (PPPV), que tinha como fim "guiar as ações públicas e privadas no setor delimitado para a preservação" (SANT'ANNA, 2005, p. 38-40).

orientação para a elaboração de planos e estudos por parte dos técnicos brasileiros, incluindo também a formação técnica, que era uma das prioridades da assistência técnica promovida pela Unesco.

A diretriz da Unesco de integrar as propostas de turismo cultural ao planejamento do desenvolvimento do país também foi abordada por Parent, mesmo que de modo superficial, sendo mais uma indicação a ser feita pelos técnicos brasileiros, porém, sem muitas considerações a respeito. Ela visava à integração do planejamento do turismo cultural, verticalmente, aos níveis da administração pública, federal, estadual, regional e municipal. Essa integração já era almejada por alguns setores do governo federal, como os que preconizavam o planejamento econômico e urbano, o Ministério do Planejamento e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau).

Parent propôs que o turismo cultural estivesse inserido num planejamento de longo prazo, que as propostas fossem integradas a um planejamento nacional ou regional. Propôs também que ele fosse encampado pela Dphan, que deveria estar associada a outras instituições, federais, estaduais e municipais. Assim, quanto mais integrado ou compromissos fossem firmados em seu nome, mais garantias de execução seriam dadas, no sentido de se respaldar um financiamento internacional para a realização das ações previstas.

A sedução das vantagens econômicas trazidas pelo turismo fez com que o planejamento passasse a ser considerado juntamente com a conservação dos bens culturais e os cuidados com o crescimento das cidades. A relação entre turismo, conservação e planejamento, considerada desigual nas observações de Parent, era mais o fruto de uma ligação entre a conservação dos bens culturais e o planejamento, tendo como consequência o turismo, ou seja, a preparação para que esse se realizasse. Então, o modo como ele ocorreria ou como funcionariam os serviços a ele relacionados não estava em pauta.

O estudo das missões seguintes para os projetos prioritários em Parati, Salvador e Ouro Preto é mais esclarecedor quanto a isso. É possível afirmar que, em relação a essas cidades, já havia, de alguma forma, uma discussão técnica adiantada, com estudos e projetos. Para Salvador e Parati, estudos urbanísticos; para Ouro Preto, o desejo antigo de realização de um plano para a cidade por parte dos técnicos da Dphan.

A apresentação e a entrega do relatório de Parent à Unesco causaram uma boa impressão a seus representantes, em especial a Jacques Hardouin, da *Section de la*

mise en valeur du patrimoine culturel dans le cadre du développement, e a Ali Vrioni, que substituiu Lourival Gomes Machado na direção de assuntos culturais da Unesco.⁶

Em 1968, Ali Vrioni veio ao Brasil acertar questões relacionadas com os projetos prioritários. A sua missão ocorreu de 29 de janeiro até 4 de fevereiro de 1968, seis dias apenas, e contemplou o Rio de Janeiro, Salvador e Brasília.⁷ Desse modo, Vrioni classificou, por ordem de importância: Pelourinho (em Salvador), Parati, Ouro Preto, Recife e Olinda, Alcântara, Cidade de Goiás e a região das Missões, no sul do Brasil. Essa ordem de prioridade não coincidia com a prioridade de investimentos atribuída por Parent, mas foi concebida e justificada “de acordo com os vários graus de factibilidade que pôde constatar”. As duas primeiras prioridades, consideradas por ele mais urgentes, deveriam ser atendidas por ações da Dphan em parceria com o Serfhau, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid).

Para essas cidades-prioridade, seriam propostas diretrizes por consultores urbanistas, para o planejamento e a preparação para o turismo cultural, atendendo assim às ideias da Unesco e, especificamente, às diretrizes traçadas por Parent em seu relatório. A escolha ou definição das três cidades já havia sido citada na carta de Soeiro a Rodrigo, de 21/6/1966; portanto, antes da vinda de Parent. Essa seria uma opção desejável para a concentração de esforços relacionados ao “incremento do turismo”, inferência feita após uma consulta de Renato Soeiro a Lucio Costa e Augusto Silva Telles.⁸

As missões para os projetos prioritários ocorreram para a difusão do turismo cultural e também para referendar as iniciativas registradas e contribuir para elas, acrescentando o suporte institucional internacional para o credenciamento de intervenções futuras. Assim, não foi uma escolha deliberada, nem imposta, mas de confirmação, colaboração e incremento ao que acontecia. Somada a isso, estava a ameaça iminente aos bens culturais, representada pelas novas construções, rodovias, bem como pela dificuldade de manutenção dos monumentos e cidades, vistas como

⁶ Comunicação interna constante no Arquivo da Unesco (BMS-REPORTS DIVISION – Reports from field experts (Consultant 1966 & 1967) – Mr. Parent – BRAZIL – Preservation of Cultural Heritage – economic dev. & tourism).

⁷ No Rio de Janeiro, Ali Vrioni deveria encontrar-se com o ministro da Educação, Tarso Dutra, Renato Soeiro, Limburg Stirum, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Wladimir Alves de Souza; em Salvador, com Godofredo Filho e Paulo Ormindo Azevedo (Carta de Carlos Chagas a Rodrigo Melo Franco de Andrade, de 15/1/1968 e documentos avulsos, sem especificação, constantes em Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/Unesco: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

⁸ Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/Unesco: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190.

estagnadas. Isso também era usado como justificativa para a busca de renovação e da associação dos bens culturais a um bem de consumo.

2.Viana de Lima em Ouro Preto no Brasil

Ouro Preto era objeto de uma série de estudos e restauros por parte da Dphan, que a considerava seu centro de experimentações. Parent afirmou que “Minas Gerais e em especial Ouro Preto são, com certeza, o campo de experiência e o laboratório mais apropriado para o trabalho do ‘patrimônio’” (PARENT, 1968, p. 86). Essa cidade era o cartão de visitas da Diretoria, sendo apresentada a técnicos e intelectuais estrangeiros que vinham conhecer o trabalho desse órgão, como Mário Chicó, Paul Coremans, Viana de Lima, Robert Smith e Germain Bazin e foi tema de um dos relatórios apresentados no Congresso, o que resultou na elaboração da Carta de Veneza, em 1964, *Ouro Preto, como cidade-monumento histórico*, por Wladimir Alves de Souza (CERÁVOLO, 2010, p.270).

A elaboração de um plano urbanístico era um desejo antigo, manifestado durante a visita de Mário Chicó ao sítio, tal como foi relatado por Viana de Lima, ao agradecer à Dphan a indicação de seu nome à Unesco para a missão: “Creia que me sinto muito honrado pelo vosso convite, pois além do mais, ele veio reavivar um velho desejo do nosso grande amigo Professor Chicó: o de fazermos juntos um trabalho sobre essa linda e histórica cidade”.⁹ Esse desejo também foi manifestado pelo arquiteto Ivo Porto Menezes, que afirmou: “antes da vinda do Dr. Viana de Lima, já estava nas cogitações do Prefeito a elaboração do plano diretor, pelo qual venho me batendo a uns dez anos, desde que estive na representação da Dphan em Ouro Preto”.¹⁰

A justificativa dada por Silva Telles (1996, p.17) para a indicação do arquiteto português Viana de Lima (1913-1991) para vir em missão pela Unesco a Ouro Preto foi o “plano que o arquiteto havia elaborado anos antes (1961) para a cidade de Bragança [- Portugal]”. No entanto, Viana de Lima já era bastante conhecido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, desde 1965, quando veio como responsável pela montagem de uma exposição de Mário Chicó e conversaram sobre um futuro plano

⁹ Carta de Viana de Lima a Renato Soeiro, de 6/5/1968 (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

¹⁰ Carta de Ivo Porto Menezes a Renato Soeiro, de 4/1/1969 (Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

urbanístico para Ouro Preto. E também dos arquitetos brasileiros Lucio Costa e Oscar Niemeyer.

Viana de Lima foi delegado do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (Ciam) em Portugal, nomeado em 1951.¹¹ Em 1961, ele começou a ensinar na Faculdade de Arquitectura do Porto, na cadeira de Construção, no mesmo ano em que Lucio Costa foi a essa faculdade ministrar um curso de Urbanismo, ocasião em que se encontraram.¹² De Niemeyer foi colaborador nos projetos que esse arquiteto realizou em Portugal, como o Plano de Urbanização da Pena Furada no Algarve (1965) e o Cassino e o Hotel do Funchal (1966).

Assim como Parent, Viana de Lima também não tinha experiência como consultor da Unesco. Após Ouro Preto, ele realizou missões e elaborou estudos para outras cidades brasileiras, como Salvador, São Luís, Alcântara, São Cristóvão, Laranjeiras, Penedo e Marechal Deodoro. Apesar de ter tido uma intensa participação como consultor técnico da Unesco no Brasil, essa participação não se estendeu a outros países.

Em Ouro Preto, Viana de Lima realizou duas missões e elaborou para cada uma um relatório. O primeiro, *Brésil – Renovation et mise en valeur d’Ouro Preto – octobre-décembre 1968*, e o segundo, *Brésil – Renovation et mise en valeur d’Ouro Preto (Second Raport) – septembre-novembre 1970*, publicados, respectivamente, em 1970 e 1972. Ele ainda iria a Ouro Preto em 1972, numa terceira missão pela Unesco, e em 1974, como consultor para a elaboração do Plano Diretor da citada cidade e de Mariana, dessa vez por meio de um contrato com a Fundação João Pinheiro.

Sua primeira missão teve a duração de dois meses, de 1º de outubro a 1º de dezembro de 1968, tendo como auxiliar Mário Moura, arquiteto que trabalhava em seu escritório. No contrato com a Unesco, foi estabelecido o pagamento de US\$1.028,00 por mês (valor não corrigido), e das passagens aéreas de ida e volta classe turística, sendo que as despesas no país foram arcadas pelo governo brasileiro.

¹³ No entanto, nele não estava prevista a elaboração de um plano diretor, tal como

¹¹ A nomeação ocorreu durante o VIII Ciam, em Hoddesdon, Inglaterra, em 1951. Viana de Lima participou também dos seguintes encontros: IX Ciam, em Aix-em-Provence, França em 1953; X Ciam em Dubrovnik, Iugoslávia, em 1956; XI Ciam em Otterlo, Holanda, em 1959.

¹² Quando foi ao Porto, Lucio Costa deu a Viana de Lima o artigo *L’architecture et la société contemporaine*, de sua autoria, com a seguinte dedicatória: “para Viana de Lima, lembrança agradecida de Lucio Costa”, assinado e com a data de 19/6/1961 (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

¹³ Correspondência enviada por Jacques Hardouin, CLT.122/24/824, a Viana de Lima, de 22/5/1968 - Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190.

desejava a Dphan, assim, outro contrato foi firmado entre Viana de Lima e a Dphan.¹⁴ Vale destacar que, antes de publicar o seu primeiro relatório, Viana de Lima recebeu uma cópia do relatório de Parent, para que ele ficasse a par de informações sobre a cidade e de entendimentos sobre o turismo cultural.¹⁵

A segunda missão foi solicitada em 1969, antes da conclusão de seu primeiro relatório. Nela, Viana de Lima contou com o auxílio do arquiteto Luís Cerqueira, também colaborador no seu escritório. Além de Ouro Preto, ele foi a São Luís e Alcântara, no Maranhão, e fez uma curta passagem por Salvador (resultado de um acerto feito no Brasil, não previsto no contrato com a Unesco). Para cada uma das quatro cidades, elaborou um relatório distinto. No contrato para a segunda missão, foram previstos dois meses de trabalho: uma semana no Rio de Janeiro, uma semana em Ouro Preto, 32 dias em Alcântara e mais duas semanas para a redação do relatório, para o qual seria pago US\$ 1.364,00 por mês (valor não atualizado).¹⁶

3. Ouro Preto, por Viana de Lima

Ouro Preto foi considerada por Parent “a principal cidade de arte” de Minas Gerais e a segunda mais rica do Brasil, ficando atrás de Salvador. Sua urbanização foi comparada a “uma dessas aglomerações do *Far-West* com que os *westerns* nos familiarizaram.” Foi destacada sua “homogeneidade” e seu frágil equilíbrio “entre o brilho da sinfonia barroca e a simplicidade e descontinuidade do tecido urbano antigo por intermédio da emergência de uma natureza por muito tempo martirizada” (PARENT, 1968, p. 82-92).

Na primeira missão de Viana de Lima a Ouro Preto, foram analisadas “as causas da degradação progressiva da cidade” e feitas “recomendações que poderiam servir de base para o estabelecimento de um programa de preservação e de valorização”. Na segunda missão, quando passou somente uma semana na cidade, as

¹⁴ Na Carta Cn. 95 de Renato Soeiro a Viana de Lima, de 21/6/1968, a situação foi explicada: “Embora o contrato não atenda as condições desejadas, por ter sido proposto antes de nosso pedido definitivo, acertar-se-á aqui a forma de ajustá-lo ao Plano diretor de Ouro Preto, mesmo porque esta Diretoria já apresentou novo pedido de auxílio técnico, justamente para o início daquele Plano” (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

¹⁵ O Relatório de Parent foi enviado por Jacques Hardouin a Viana de Lima em 9/8/1969, anexo à Carta CLT.122/24/953 (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

¹⁶ *Contrat de Consultant*, ref. 39.021-C, assinado em 3/2/1970 por Hardouin e em 27/2/1970 por Viana de Lima (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

recomendações do primeiro relatório foram avaliadas, desenvolvidas e reforçadas (VIANA DE LIMA, 1972, p.2).

Nos relatórios de suas missões, publicados em 1970¹⁷ e em 1972,¹⁸ foi destacada a “encruzilhada” em que a cidade estava entre a perda iminente e a tomada de decisões para a proteção do acervo arquitetônico. Ouro Preto, segundo Viana de Lima, devia “sua existência ao ouro” e continuava “riquíssima, não de ouro apenas, mas de patrimônio”. O abandono do qual “foi vítima” foi visto como um benefício, “pois permitiu conservar, quase intacto, todo o seu imenso caráter” (VIANA DE LIMA, 1970, p.14, 15). Ele também destacou a possível perda desse recurso caso não fosse feita uma intervenção planejada de sua exploração e uso.

Esse argumento de identificação do bem cultural/patrimônio como um recurso, tal como um minério, que foi salvo por estar perdido, esquecido ou inexplorado, mas que, após descoberto, poderia gerar um novo ciclo econômico proveniente do turismo cultural, foi recorrente entre os consultores.

A proposta de Viana de Lima contemplava, de forma geral, toda a cidade, sendo que o detalhamento maior teve como foco o núcleo urbano, tendo como destaques o traçado de um sistema viário e a proposta de uma “cidade satélite”, a ser construída ao seu lado. A proposta previa a proteção e a “defesa do núcleo urbano e do seu enquadramento paisagístico”, bem como o deslocamento de sua expansão “para fora da área urbana”, separada dessa por uma área verde, que teria também o papel de “evitar o escorregamento de terras”, e por uma área *non aedificandi* (VIANA DE LIMA, 1970, p.7 e 15).

O núcleo urbano foi dividido por Viana de Lima em outras três áreas ou núcleos, segundo os tipos de intervenção que poderiam sofrer: no primeiro, seriam permitidas novas construções, “pela utilidade de preencher falhas nos quarteirões, obtendo-se um melhor enquadramento na composição urbana”; no segundo, as construções deveriam ser recuperadas, e no terceiro, chamado de degradado, as edificações deveriam ser demolidas. Os núcleos degradados seriam os de “expansão caótica ou uma construção indisciplinada [que] provoca[riam] a destruição da paisagem e do caráter da cidade”, com destaque para o núcleo do Gambá, no Morro do Cruzeiro, as

¹⁷ O primeiro relatório foi estruturado em três partes: a primeira, *Origens, desenvolvimento e declínio da cidade*; a segunda, *Sugestões para a renovação e valorização* – dividida em preâmbulo, inquérito, propostas, zonas de desenvolvimento e igrejas, e a terceira, referente aos agradecimentos e bibliografia.

¹⁸ O segundo relatório foi estruturado em: Introdução; I- Coordenação; II-Pesquisas; III-Levantamentos; IV- Áreas verdes; V- Via periférica panorâmica; VI- Imóveis – restauração, conservação e utilização; VII- Rede de ruas; VIII- Circulação; IX- Redes de abastecimento de água potável, esgotos, eletricidade e telefone; X- Expansão – Plano Diretor; Conclusão e agradecimentos.

construções na ladeira de Santa Efigênia e as zonas da Capela do Padre Faria (VIANA DE LIMA, 1970, p.6, 7). (Figura 1).



Figura 1: Núcleo urbano com indicações de áreas a construir (em vermelho), a recuperar (em rosa) e a demolir (em amarelo).

Fonte: Viana de Lima (1970).

Essas intervenções deveriam ser coordenadas pela Dphan, que fixaria regras, como gabaritos, materiais a serem empregados e, “principalmente as cores a usar”. No entanto, essas medidas ainda careciam de um “levantamento total dos conjuntos habitacionais”. Vale destacar que “as construções desfigurantes” poderiam igualmente sofrer disfarces “com vegetação alta e colocação de janelas falsas” (VIANA DE LIMA, 1970, p.2).¹⁹

Tendo em vista essa proposta de complementação, recuperação e limpeza dos conjuntos edificados, o autor privilegiou as perspectivas e a composição visual de cenários. Para reforçar tal ideia em sua proposta, Viana de Lima usou como recurso a pintura de fotografias para assinalar núcleos, edificações, ou mesmo detalhes construtivos dissonantes que deveriam ser eliminados. Esse recurso também foi utilizado por ele em propostas para São Luís e Alcântara, provavelmente para suprir as deficiências de informações, de levantamentos arquitetônicos e estudos. Vale destacar que esse recurso não foi utilizado em outros planos e projetos urbanos do autor em Portugal (Figura 2).

¹⁹ *Unesco quer fazer cidade nova para salvar Vila Rica* – O Globo, 19/11/1968 (Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P05/ Cx.0059/P.0190).

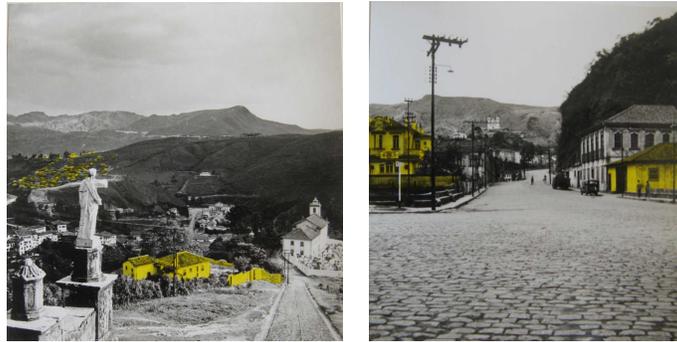


Figura 2: Imagens pintadas em amarelo de modo a destacar edificações, áreas ou detalhes a serem eliminados.

Fonte: Viana de Lima (1970).

A proteção e a valorização da homogeneidade de um conjunto unificado, que talvez nunca tivesse existido, faz lembrar as discussões de Viollet le Duc em outro contexto e tempo, embora seja provável que essa relação não fosse intencional.

Sua concepção de ambiente ou cenário a ser esteticamente saneado enunciava sua preocupação com o que chamou de “nível arquitetônico” das construções (VIANA DE LIMA, 1970, p. 1). Ela ressalta o papel do arquiteto como interventor, bem como o caráter seletivo para a aproximação de uma arquitetura ideal, de destaque para as questões artísticas, em relação às históricas e às sociais, contra edificações insalubres ou em áreas de risco. Mesmo sendo o consultor mais enfático quanto a essa questão, sua postura não destoava da de seus colegas, que manifestaram opinião semelhante e também propuseram demolições em seus estudos.

Viana de Lima julgou igualmente aconselhável a demolição de áreas e prédios em seu plano para Valença do Minho (1962). Além das ruínas, as edificações a serem demolidas eram as que destoavam do conjunto arquitetônico em que estavam inseridas, as que prejudicavam a vista de panoramas da cidade e as que deveriam liberar o terreno para que esse fosse incorporado ao de outra edificação.²⁰

O foco da conservação e valorização da cidade, ou o cenário para o turismo, era a Praça Tiradentes e suas imediações. Para essa praça foram propostos: a reconstrução do arranjo dos edifícios que a compõem e do pavimento, a retirada do monumento a Tiradentes, que deveria ser relocado e ser substituído por uma “alegoria à inconfidência”, e o ordenamento do trânsito, com restrições à circulação de veículos e de estacionamento, além da mudança de uso da Escola de Minas (VIANA DE LIMA, 1970, p.10).

²⁰ Planos de Valença do Minho (1962 e 1975) constantes no Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura.

Viana de Lima propôs um rearranjo da principal praça da cidade para compor um “cenário de vitalidade”, no qual pudessem ser encenadas atividades de animação cultural, “espetáculos ao ar livre, como concertos ou espetáculos de teatro e *ballet*, incluídos nos Festivais de Ouro Preto”, além de ser um local de permanência e de convívio. Para tanto, a Praça deveria estar livre da circulação de carros e do Monumento a Tiradentes; contar com um novo pavimento e, no térreo das edificações que a conformam, serem instaladas “atividades comerciais de interesse turístico: restaurantes, lojas de produtos artesanais, galerias de arte” (VIANA DE LIMA, 1972, p.10, 16).

A leitura da praça feita por Viana de Lima estava em sintonia com a de Silvio Vasconcelos, chefe do distrito mineiro da Dphan até 1969. Segundo Vasconcelos, o monumento construído no centenário da execução de Tiradentes “é de um mau-gosto estupendo e está em completo desacordo com a fisionomia barroca da cidade’.”²¹

Viana de Lima foi muito objetivo ao apontar os monumentos - chamados de pontos de interesse histórico e artístico - como o principal fator de atração turística. Para eles, propôs o uso considerado “adequado” à sua estrutura e às atividades relacionadas com a animação cultural, o estado de conservação e a estimativa dos custos das obras de restauração consideradas necessárias, o que foi apresentado numa série de fichas anexadas ao seu segundo relatório.

Como exemplo, para a Casa dos Contos, Viana de Lima sugeriu que fosse instalada uma Fundação de Arte; para o antigo Hospício da Terra Santa, que ficava fora do centro e, embora “bastante arruinado”, era de “inegável interesse arquitetônico”, com uma vegetação significativa, propôs sua transformação em um hotel (VIANA DE LIMA, 1970, p.11). Sugeriu, também, que edifícios fossem adaptados para a instalação dos museus de botânica e de farmácia.

O museu de botânica deveria ficar perto da Ponte dos Contos, na área em que, provavelmente, teria existido um jardim botânico. Por isso, propôs que se convidasse Roberto Burle Marx para o projeto. O Museu de Farmácia deveria ser instalado no edifício no qual funcionava a Escola de Farmácia, cujas atividades seriam transferidas para a zona universitária, e “os anexos deste edifício dever[iam] ser demolidos e bem assim, as platibandas do corpo principal substituindo-as por beirais, de acordo com o tipo dominante no conjunto urbano” (VIANA DE LIMA, 1970, p. 12-13).

²¹ Citação no artigo *Unesco quer fazer cidade nova para salvar Vila Rica* – de O Globo, 19/11/1968 (Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

Viana de Lima (1970, p.12) sugeriu a construção de um hotel nas Lajes e a criação de um museu de arte contemporânea, que chamou de museu interior e exterior, inserido na mancha de vegetação circundante na plataforma baixa, à beira do rio. Aventou também a criação de um teatro ao ar livre na mesma área, “para atender às novas necessidades do espetáculo atual”, para “a exibição de grandes conjuntos e os usos das novas tendências da cenografia.” Demonstrou preocupar-se com a localização do edifício, para que não fizesse surgir “grandes problemas de diálogo com o conjunto antigo”.

Fora do núcleo urbano, sua proposta para a criação de uma cidade-satélite deveria atender a atividades e usos considerados não compatíveis com a cidade-monumento. Para tanto, a cidade a ser criada foi dividida em: núcleo universitário, centro cívico, núcleos habitacionais, apoiados por um sistema viário também sugerido por ele. Essas três áreas foram igualmente separadas em zonas, de acordo com o uso. Além dos centros cívico e universitário, os núcleos habitacionais foram separados: residencial e residencial com baixa densidade, bem como foram sugeridas áreas específicas para cemitério, parque desportivo, verde, hospitalar, industrial e central rodoviária.

Esse zoneamento era bastante similar ao que Viana de Lima havia feito no *Plano parcial de urbanização compreendido entre o lugar das beatas e o governo civil*, em Bragança, Portugal, no qual estabelecia “quatro alíneas – ‘vias, parte velha, centro cívico e expansão’.” Nelas, o autor, cuja produção sempre esteve atrelada à Carta de Atenas de 1933, sugeriu: “‘separação de vias’, ‘habitações em bloco’, implantação segundo a ‘melhor exposição solar’, ‘espaços livres abundantes’, preservação da unidade arquitetônica da parte velha da cidade’, criação de novos equipamentos de apoio à habitação” (RAMOS; MATOS, 2008, p.4).

Também era semelhante à proposta do arquiteto que veio em missão pela Unesco a Parati, Limburg Stirum, nos seguintes aspectos: a preocupação com a organização do sistema viário e a expansão da cidade, separada do núcleo protegido por uma área verde, seguindo um traçado moderno, que contaria com edificações em altura, desde que não interferissem na visibilidade da cidade antiga.

Essa concepção ou modelo, preconizado pela Carta de Atenas de 1933, e presente na proposta de Parati, chamou a atenção por sua recorrência e referendado pelos técnicos da Dphan. Por meio dela, a associação do planejamento urbano e da conservação de bens culturais se consubstanciava de modo a privilegiar o turismo. Vale também mencionar que as Normas de Quito, de 1967, reforçavam essas ideias.

A cidade-satélite ou nova, adjacente a Ouro Preto, mas separada ou ligada a ela por uma área verde, vias e áreas *non aedificandi*, foi planejada para constituir uma estrutura complementar e receber funções e edifícios que seriam incompatíveis com o conjunto edificado de Ouro Preto. Tinha por inspiração experiências relacionadas com a cidade-satélite e a cidade-jardim, surgidas na Europa no século XIX e muito difundidas e discutidas no século XX, depois da Segunda Guerra, só que com uma proposta aliada à conservação do centro histórico, das suas funções, vistas, cenários, espaços de fruição, de animação cultural, além de se configurar no controle da expansão da cidade.

O zoneamento poderia ser de controle da densidade construtiva ou do gabarito das edificações e de acordo com a função da área. Foi um instrumento de planejamento usado de modo a conciliar a proteção, a valorização e a expansão das áreas da cidade. Reforçava a visibilidade do conjunto edificado e desviava as funções que não fossem compatíveis com a estrutura e as edificações no centro histórico, ou cidade antiga.

A proposta do urbanista era que o sistema viário fosse dividido em três tipos de vias (V1, V2 e V3). A V1 seria responsável por "cortar o percurso de atravessamento para o trânsito entre Belo Horizonte e Mariana, assegurando também o acesso direto ao complexo industrial de Saramenha" e desviando o trânsito da área urbana. Junto a ela, deveria ser construída a estação rodoviária da cidade, inserida numa grande praça que receberia o monumento a Tiradentes, a ser retirado da praça de mesmo nome. Assim, Viana de Lima idealizou um espaço cenográfico, com elementos tradicionais e modernos, receptivo aos que chegassem de ônibus à cidade. As V2 teriam como função distribuir o fluxo no aglomerado urbano, e as V3 distribuiriam o fluxo por setor (VIANA DE LIMA, 1970, p.17).

A proposta de organização do sistema viário por meio da hierarquização de vias, a restrição à circulação e ao estacionamento de carros em áreas determinadas privilegiavam a proteção dessas áreas. Ela valorizava os espaços para a fruição do pedestre na cidade antiga ou centro histórico. Era uma tentativa de adaptação do trânsito e do sistema viário à cidade antiga e de seu controle, afastando e desviando os fatores de risco e de degradação do ambiente. Seria, assim, um aliado da conservação e um elemento importante de ligação entre a cidade antiga e a nova.

A animação cultural prevista por Viana de Lima seria tanto dentro quanto fora do núcleo protegido e ocorreria em "centros de interesse e de vida, concebidos de tal modo que não [fosse] possível, nunca, a morte da antiga Ouro Preto pelo desenvolvimento da nova Ouro Preto" (VIANA DE LIMA, 1970, p.15).

No orçamento proposto por ele para os trabalhos prioritários, não foi especificada a moeda, mas a cifra era 4.165.872,00. Desse número, 0,32% seriam destinados a pesquisas e levantamentos de imóveis, geológico e aerofotogramétrico; ao plano diretor, seria destinado 4,03%. A reforma e a conservação de imóveis civis e religiosos ficariam com 13,81%; e à infraestrutura, seria destinada a maior parte, 73,25%, para atender o sistema viário e as redes de água e esgoto, isso sem contar que boa parte do que seria destinado às áreas verdes, 8,56%, contemplaria também a infraestrutura, como trabalhos de construção de um teatro ao ar livre e urbanização, além de arborização (VIANA DE LIMA, 1972, p.25).

A proteção, conservação e valorização dos bens culturais, aliadas a uma infraestrutura básica e específica para atender às demandas do turismo, eram a tônica das propostas dos consultores. O planejamento urbano deveria prever e orientar a criação e melhoramento da infraestrutura, prioridade maior dos investimentos a serem feitos, a conservação e o crescimento da cidade, além de criar cenários para a animação cultural, o que seria referendado pelo modelo estabelecido na Carta de Atenas (1933). No entanto, essa animação desejada e discutida não foi contemplada na previsão de investimentos.

Na proposta de criação de cenários que visavam atrair o turista, principalmente o internacional, e as possíveis fontes financiadoras da intervenção, pouco se considerou sobre as populações locais. Na perspectiva desse processo, os jornais da época consideraram que Parati seria “uma cidade só para ser vista”;²² a proposta de Salvador seria de, e para, uma “arquitetura do turismo”.²³ Para Ouro Preto, buscar-se-iam a recuperação de suas formas²⁴ e a salvação da sua desfiguração pela construção de uma cidade-satélite,²⁵ ou cidade nova,²⁶ de modo a deixar seu “núcleo

²² *Uma cidade só para ser vista: Urbanistas da Unesco querem isolar Parati* - O Globo, 20/3/1972 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO:AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0191).

²³ *O nôvo Pelourinho, uma arquitetura do turismo* - Jornal do Brasil, 13/6/1969 (Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ UNESCO: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

²⁴ *Ouro preto busca recuperar formas com plano da Unesco* - Jornal do Brasil, 14/12/1970 (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

²⁵ *Ouro Preto inicia projeto para evitar desfiguração* – O Globo, 4/12/1968 (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

²⁶ *Unesco quer fazer cidade nova para salvar Vila Rica* – O Globo, 19/11/1968 (Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

barroco intacto.”²⁷ Esse “passaria a ser conservado e cuidado como um verdadeiro museu”,²⁸ de modo a tornar a cidade inviolável e livre de elementos destoantes.

Ao contrário de Shankland e Limburg Stirum, que se referiram a fundações para gerir as intervenções respectivamente em Salvador e Parati, Viana de Lima destacou o papel da Dphan como coordenadora das ações, para “trabalhar em conjunto com todas as entidades que desempenham um papel na cidade”, pois a Dphan já possuía instalações na cidade. Para tanto, “bastaria fazer uma revisão e reforçar seus recursos para que suas intervenções garantissem o êxito do plano” (VIANA DE LIMA, 1972, p.4).

Em suas propostas, não estava prevista uma crítica ou considerações que revelassem algum tipo de receio quanto ao turismo de massa, ou à expectativa exagerada de desenvolvimento econômico e geração de renda. Vale ressaltar que os perigos do progresso, da modernização, esses, sim, eram considerados, embora não fossem associados ao turismo. Essa crítica ficou evidente num momento posterior, depois de ocorrerem as primeiras experiências e os conflitos de interesses, quando foram reconhecidas as ambivalências e a necessidade de negociação e que a atividade poderia ser predatória. Essa nova fase das discussões do turismo cultural foi marcada pela revisão da Carta de Turismo Cultural de 1976, em 1999.

O primeiro relatório foi apresentado e entregue à Unesco no dia 17 de novembro de 1969, quando Viana de Lima conheceu pessoalmente Michel Parent.²⁹ Como a vinda dele foi sob condições diferentes das de seus colegas, pelo contrato extra com a Dphan, o produto oferecido causou um impacto muito além das expectativas da Unesco, sendo ele muito bem recebido e considerado “de valor excepcional” por Jacques Hardouin.³⁰

No entanto, a elaboração do plano diretor para Ouro Preto, tal como era desejo da Dphan e de Viana de Lima, esbarrou na dificuldade do levantamento de dados. Soeiro chegou a solicitar ao então prefeito da cidade, Genival Ramalho, uma contribuição para elaborar o levantamento arquitetônico e aerofotogramétrico da

²⁷ *Ouro Preto terá finalmente seu plano-diretor* - O Globo, 23/9/1970 (Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

²⁸ *Unesco quer fazer cidade nova para salvar Vila Rica* - O Globo, 19/11/1968 (Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

²⁹ Carta manuscrita de Viana de Lima, sem especificação do destinatário, provavelmente Renato Soeiro, de 18/11/1969 (Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

³⁰ Telegrama de Carlos Chagas a Renato Soeiro, de 17/11/1969 (Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

região e as pesquisas socioeconômicas.³¹ Também solicitou ao Exército a realização do levantamento aerofotogramétrico de Ouro Preto.³²

A realização dessas pesquisas e mapas não foi efetuada em tempo hábil para subsidiar a elaboração dos relatórios das missões de Viana de Lima pela Unesco.³³ Assim, em 1972, quando apresentou o segundo relatório a essa Organização, ele começou a negociar sua vinda como consultor contratado pela Fundação João Pinheiro para prestar assistência à elaboração do plano diretor de Ouro Preto e Mariana.³⁴ O *Plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana* da Fundação João Pinheiro foi elaborado por uma equipe multidisciplinar e foi publicado em 1975.³⁵

Para os consultores da Unesco, as missões também foram uma oportunidade de ampliar seu campo de trabalho. Parent, Viana de Lima e Limburg Stirum não tinham experiência em trabalhos com a Organização. No entanto, os dois primeiros tiveram suas carreiras profissionais ampliadas para o campo internacional, após as missões no Brasil.

Viana de Lima foi um consultor constante em outras missões no Brasil, o que o credenciou para trabalhos pela Fundação Calouste Gulbenkian em países de língua portuguesa, em 1981, em Moçambique; no Brasil, Rondônia, em 1983; na Malásia, em 1984; e na Tailândia, em 1986. Foi convidado para participar como professor dos cursos de especialização em conservação ocorridos em São Paulo (1974) e no Recife (1976), os quais ele não pôde aceitar.

³¹ Ofício (Of. n. 2311) de Renato Soeiro ao prefeito de Ouro Preto, Genival Ramalho, de 5/12/1968 (Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

³² Ofício (Of. n. 1238) de Renato Soeiro ao Major Sidney José Sampaio, de 14/7/1969 (Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0190).

³³ Viana de Lima assinalou o ocorrido no relatório da sua segunda missão: "Em nosso relatório precedente, havíamos insistido sobre a necessidade de efetuar levantamentos aerofotogramétricos da cidade e do seu entorno. Por ocasião de nossa segunda missão, constatamos com pesar que esse trabalho não havia sido feito, embora a Dphan já tenha tomado providências para a transcrição, em mapas topográficos, do mosaico fotográfico existente" (VIANA DE LIMA, 1972, p.6).

³⁴ Em dezembro de 1972, Viana de Lima enviou uma carta a Luis de Oliveira Castro, da Fundação João Pinheiro, tratando das condições para aceitar prestar assistência à elaboração do plano (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado – Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

³⁵ O Plano foi coordenado pelo sociólogo Teodoro Alves Lamounier e estava dividido em cinco setores: o físico-territorial, o de infraestrutura, o econômico, o social e o institucional e administrativo. Cada setor foi elaborado por uma equipe independente de especialistas. Viana de Lima foi consultor convidado do setor físico territorial, juntamente com Roberto Burle Marx, Haruiohi Ono e Jane Souza e Silva.

Além de Viana de Lima ter sido contratado da Fundação João Pinheiro, ele também recebeu convites para integrar empresas de planejamento no Brasil, como o que foi feito pelo arquiteto Wit-Olaf-Prochink, após o contato que tiveram em São Luís, e pelo arquiteto Alfredo J. C. Ferreira, diretor da Companhia Nacional de Planejamento Integrado (CNPI).³⁶ Shankland também recebeu o convite de Mário Laranjeira de Mendonça, em nome da Assessoria em Planejamento (Asplan), para integrar a empresa. Essas parcerias não aconteceram. Assim, essas missões credenciavam os consultores para trabalhos de consultoria em empresas privadas, dando-lhes prestígio e, com a ampliação dos domínios das atuações profissionais, atendiam ao modelo de planejamento integrado em voga.

Bibliografia

AGUIAR, L. (2006). **Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto.** Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro.

BANDEIRA, M. (1967). **Guia de Ouro Preto.** Rio de Janeiro: Ediouro.

BOIRET, Y. (1996). L'inspection générale et la commission supérieure des monuments historiques: l'évolution des choses et des gens. In: **Jubilé Michel Parent: Une vie au service du patrimoine.** Paris: Comité des Amis de Michel Parent avec le soutien du Comité d'Histoire du Ministère de la Culture.

CERÁVOLO, A. L. (2010). **Interpretações do Patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo, São Carlos.

COREMANS, P. (1964). **A Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Paris: UNESCO. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro/Arquivo Técnico Administrativo - AA01/M037/P06/ Cx.0017/337/ P.0072.

COSTA, L. (s/data). **Mário T. Chicó e a Exposição de Arte Portuguesa (1550-1950).** Disponível em: <<http://www.fmsoares.pt/aeb/dossiers/dossier06/textos/LMCosta.pdf>> Acesso: 23 jun 2012.

FREITAS, M. (1992). **Dos monumentos arquitetônicos aos sítios históricos urbanos: um estudo sobre a evolução do padrão de intervenção estatal nos sítios históricos no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

³⁶ Carta do arquiteto Alfredo J. C. Ferreira, diretor da CNPI, a Viana de Lima, de 5/4/1972: "Embora não tenhamos o prazer de conhecê-lo pessoalmente (...). [Esta carta] se relaciona com sua vinda ao Brasil, em setembro próximo, para tratar do Plano da Cidade de Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, e com uma possível vinculação que pretendemos ter com VS quanto a este trabalho" (Arquivo do Escritório de Viana de Lima, material não catalogado - Centro de Documentação da Universidade do Porto Faculdade de Arquitectura).

FUNDAÇÃO Calouste Gulbenkian. (1996). **Viana de Lima- Arquitecto 1913-1991**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Arvore –Centro de Atividades Artísticas, CRL.

IPHAN. (s/data). Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **CARTAS Patrimoniais**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais>>. Acesso: 20 mar 2007.

JUBULÉ **Michel Parent: Une vie au service du patrimoine**. (1996). Paris: Comité des Amis de Michel Parent avec le soutien du Comité d'Histoire du Ministère de la Culture.

LE COURRIER. (juillet/1949) L'Unesco définit son plan d'assistance technique aux pays déshérités. **Le Courrier**, v.2, n.6. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000740/074013fo.pdf#74013>> Acesso: 27 agos 2012.

LEAL, C. (org). (2008). **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc.

LEAL, C. (dez/2009). Recortes de história social das missões da Unesco no Brasil, 1964-1979. In: **Revista eletrônica de pesquisa e documentação**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1540>>. Acesso: 8 fev 2011.

MACHADO, L.G. (2010). **Barroco mineiro**. São Paulo: Perspectiva.

PARENT, M. (1968). **Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico**. Paris: Unesco. (Arquivo Central do Iphan/Seção Rio de Janeiro- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/ Cx. 0076/ P. 0246).

PEDREIRINHO, J. M. (1994). **Dicionário dos arquitectos activos em Portugal, do século I à actualidade**. Porto: Afrontamento.

PRÉVOST-MARCILHACY, C. (1996) L'inspection des monuments historiques après la libération. In: **Jubilé Michel Parent: Une vie au service du patrimoine**. Paris: Comité des Amis de Michel Parent avec le soutien du Comité d'Histoire du Ministère de la Culture.

RAMOS, T.B.; MATOS, M. C. (jun/2008). Campos opostos: trabalhos e viagens de Viana de Lima no Brasil. In: **2º Seminário DOCOMOMO N-NE**, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <[www.docomobahia.org/ AF_Tania%20Beisl%20e%20Madalena%20Cunha.pdf](http://www.docomobahia.org/AF_Tania%20Beisl%20e%20Madalena%20Cunha.pdf)> Acesso: 23 abr 2009.

RIBEIRO, C. (2012). **O turismo cultural e as missões Unesco no Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SANT'ANNA, M. (1995). **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação (Mestrado em arquitetura e urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SHANKLAND, G. (1968). **Conservação de Bairros Antigos e Desenvolvimento Turístico de Salvador**. Paris: Unesco. Arquivo Central do Iphan- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P06/ Cx.0075/ P.0242.

SILVA TELLES, A. (1996). Viana de Lima e o Brasil. In: **Fundação Calouste Gulbenkian. Viana de Lima- Arquitecto 1913-1991**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Árvore –Centro de Atividades Artísticas, CRL.

THOMPSON, A. (org.) (2010). **Entrevista com Augusto da Silva Telles**. Rio de Janeiro: Iphan/Daf/Copedoc.

VIANA DE LIMA, A. (s/data) **Rapport et propositions pour la conservation, recuperation et expansion**. Alcântara. Arquivo Central do Iphan, não catalogado.

VIANA DE LIMA, A. (s/data) **Rapport et propositions pour la conservation, recuperation et expansion**. São Luís. Arquivo Central do Iphan, não catalogado.

VIANA DE LIMA, A. (s/data) **Rapport sur le developpement du plan de recuperation de la zone du "Pelourinho" dans la ville de S. Salvador**, Etat de Bahia – Brésil. Arquivo Central do Iphan- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P05/ Cx.0059/ P.0191.

VIANA DE LIMA, A. (1970) **Renovação e valorização de Ouro Preto**. Paris: Unesco. Arquivo Central do Iphan- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P06/ Cx.0076/ P.0246.

VIANA DE LIMA, A. (1972). **Renovação e valorização de Ouro Preto**. Segundo relatório, Setembro/novembro 1970. Paris: Unesco. Arquivo Central do Iphan- Assuntos Internacionais/ Unesco: AA01/M066/P06/ Cx.0076/ P.0246.